

Trabalho apresentado no V Congresso Internacional sobre as Festas do Divino Espírito Santo

Terceira/Açores

31 de maio a 3 de junho 2012

O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA ALMIRANTE BARROSO E A FESTA DO DIVINO NA ILHA DA PINTADA/RS

JAIRTON ORTIZ DA CRUZ

Resumo: Neste trabalho apresentaremos uma prática educativa desenvolvida na disciplina de História do Ensino Fundamental da Escola Estadual Almirante Barroso, localizada na Ilha da Pintada/RS, sobre a Festa do Divino Espírito Santo. Essa é uma celebração trazida pelos primeiros casais açorianos para o Rio Grande do Sul no século XVIII, parte desse grupo se estabeleceu e passou a habitar a ilha. Tivemos como objetivo identificar no desenvolvimento da festa, levando em consideração sua interrupção na década 1970, quais foram os motivos que levaram a suspensão do festejo. Para tanto utilizamos como recurso as entrevistas para o acesso à memória dos agentes que ficaram à margem da história oficial e que trazem fatos não registrados por essa. Este estudo torna-se relevante por desenvolver novas possibilidades de trabalhar o Ensino de História em sala de aula, contemplando a História local dos grupos sociais. Entendemos aqui que o estudante desenvolve saberes e fazeres de acordo com os estímulos ofertados dentro do processo de ensino e aprendizagem, tornando-o capaz de analisar e contextualizar sua própria história.

Palavras-chaves: Festa do Divino Espírito Santo, Ensino de História, História Local.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho relataremos uma prática educativa desenvolvida na Escola Estadual Almirante Barroso na Ilha da Pintada/RS¹ sobre a Festa do Divino Espírito Santo. Festejo trazido pelos casais açorianos que envolve apropriações de saberes e fazeres, que remontam aos hábitos e costumes desde grupo.

¹ A Ilha da Pintada faz parte do bairro Arquipélago, pertencendo ao Município de Porto Alegre/Brasil. Esse bairro é composto por dezesseis ilhas que são circundadas pelas águas provenientes dos rios Jacuí, Caí, Gravataí, Sinos e Guaíba.

A história dessa celebração remete ao século XVIII, quando da chegada dos imigrantes açorianos ao Brasil e, em especial, aos que colonizaram a região sul do país, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Na sua bagagem cultural, os imigrantes trouxeram o festejo do Divino Espírito Santo, que é o objeto de nossa pesquisa. É importante salientar que a vinda dos açorianos para o nosso Estado ocorreu pelo excesso populacional e pela escassez de terras para a agricultura e pecuária no arquipélago dos Açores². Mas os portugueses tinham também o desejo de conhecer novos mundos, ver terras nunca antes vistas e de buscar uma nova possibilidade de vida, conforme Madeira:

Saídas que ocorreram em movimentos de colonização enquadrados pela Coroa, mas também por iniciativa própria, legal ou ilegalmente, e que, em certas épocas, chegaram a condicionar a própria dinâmica populacional dos Açores. Saídas de gentes com uma sabedoria experimentada em aventuras e ousadias e em deslumbramento perante o nunca antes visto, mas também em capacidades de sofrimento e de imaginação, persistência e muita fé, argúcias e desembaraços e, ainda, desdém pelos imprevistos; de gentes que foram, desde cedo, aprendendo o sentido da agora muito invocada globalização, integrando a escassa terra do seu arquipélago da lonjura na relativa grandeza dos longínquos continentes. (NORONHA apud MADEIRA, 2007:01)

Na Ilha da Pintada, a celebração da Festa do Divino tem seu registro oficial desde o século XVIII, período que marca a presença dos casais açorianos na região, conforme pesquisa realizada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul por parte do docente, antes do desenvolvimento do trabalho em sala de aula.

A partir desse dado histórico foi proposto na disciplina de História da 7ª série do Ensino Fundamental estudos sobre a História local³ da comunidade da Ilha da Pintada, tendo como recurso o uso de entrevistas, realizadas pelos alunos.

Nesse sentido, o professor precisa vincular os estudos às práticas educacionais, elaborando projetos sobre a História local, levando em consideração a dinâmica do

² Açores: o arquipélago dos Açores, constituído por nove ilhas, Santa Maria, São Miguel, Terceira, Pico, Faial, São Jorge, Flores e Corvo, começou a ser povoado a partir do século XV pela Coroa portuguesa. Num primeiro momento, o objetivo era obter trigo para o abastecimento do reino, depois para que os habitantes servissem de vigilantes e protetores do comércio marítimo português. Conforme Luisa Noronha (2007, p. 12), [...] procuraram noutros espaços a solução para as muitas adversidades com as quais se deparavam nas ilhas. Os fenômenos sísmico-vulcânicos – não constantes, episódicos, mas frequentes – e, sobretudo, as estruturas socioeconômicas arcaizantes, a par com o espírito de aventura, o sonho, a vontade de ultrapassar os limites apertados das ilhas e conhecer novos mundos, levaram à saída de muitos.

³ História local, conforme Manique e Proença, apresenta-se como fonte de estudo de costumes, tradições, festas ou comemorações locais, tornando o estudo de história instigante e curioso ao aluno.

ensino de História no desenvolvimento de aptidões e capacidades do aluno em construir valores de acordo com suas vivências, conforme Manique e Proença:

[...] Por isso, ao realizarmos um trabalho de projecto com os alunos, temos que estar atento a que, se o projecto pode e deve nascer na turma, terá que se estender à escola e ao meio local. Esta necessidade revela a enorme importância que os estudos de história local adquirem no desenvolvimento desta estratégia, estudos que podem ter por base fontes arquivísticas, os vários tipos de património, a imprensa local, a toponímia, etc. (MANIQUE e PROENÇA, 1994:17)

Os autores indicam a possibilidade de se construir um projeto junto com os alunos, levando em consideração sua história local. Assim, quer-se refletir sobre os seguintes questionamentos elaborados nesse trabalho: Como a Festa do Divino Espírito Santo se insere no Ensino de História da Ilha da Pintada? E, caso não se insira, quais as possibilidades de inserção no ensino escolar? Por que o festejo foi interrompido nos anos de 1970 na comunidade da Ilha da Pintada?

Sendo assim, propomos aos alunos uma atividade educativa que trate da importância de se estudar a História local na formação da cidadania. Dessa forma, o educando poderá perceber a necessidade de estreitar seus laços com a comunidade local e buscar, dentro de ações comunitárias, valendo-se de políticas públicas, meios de preservar suas práticas culturais⁴.

Ensino de História e História local

Ao tratarmos sobre o Ensino de História, buscamos refletir como vem sendo elaborado novas práticas educativas que trabalhem o conhecimento histórico em sala de aula, principalmente pesquisas sobre História Local.

Para tanto, nos apoiamos em Selva Guimarães Fonseca (2004), em sua obra *Didática e Prática de Ensino de História*, onde apresenta uma análise do Ensino de História no decorrer dos anos de 1960 a 1990. Ela também propõe uma reflexão dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

É preciso observar, também, que a sequência de eventos ocorridos durante os longos anos de ditadura militar influenciou a organização da estrutura educacional no país. Desta forma, foi praticamente eliminada toda e qualquer opinião contrária ao regime autoritário. Tudo isso contribuiu para reprimir e controlar o pensamento dos cidadãos

⁴ Entende-se por práticas culturais (festas, celebrações, rituais) as manifestações da vida cotidiana em sua totalidade. Elas são de aceitação coletiva, vivas e utilizadas pelo povo. Expressam seu sentir, pensar e agir na sociedade em que vive. Com estudo das práticas, pode-se ter maior compreensão dos seres humanos, pois eles revelam suas semelhanças e diferenças, independentemente do tempo, da localização geográfica ou da formação social.

brasileiros, pois eles não podiam expressar seu sentir, pensar e agir na sociedade em que viviam.

Nesse contexto, o ensino nos anos de 1970 tornou-se um produto de fácil manipulação. Ocorreu, nesse período, a desestruturação das ciências humanas, que foram restringidas a um saber totalmente artificial, à parte da realidade social.

Quando o educador da área das ciências humanas passou a ministrar aulas de outras disciplinas, decorrentes dos cursos de aperfeiçoamento impostos pelo Estado, surgiu, segundo Fonseca (2003, p.30), “[...] uma geração de professores polivalentes, com habilitação para ministrar aulas de História, Geografia e Educação Moral e Cívica. Isso levou à descaracterização das ciências humanas”.

Nos anos de 1980, contudo, houve um momento de reflexão a respeito das alterações ocorridas na estrutura educacional e suas conseqüências para as ciências humanas, principalmente no ensino de História, que foi conquistando mais espaço.

Nos anos de 1990, o ensino de História começou a sofrer mudanças significativas não só no contexto social, mas também no contexto econômico e político do país. Nesse período, criaram-se as bases para a retomada da sua posição autônoma. Assim, proporcionou-se uma série de debates em torno do conteúdo aprendido pelos estudantes.

Na obra antes citada, a autora analisa, também, o uso do livro didático e sua utilidade para o educador. Sobre isso, Selva Guimarães Fonseca (2004), tece considerações a respeito da utilização do livro no Ensino de História. Nota-se que o livro didático possui uma concepção de História que atende aos interesses do Estado e da indústria cultural. O Estado manipula o livro didático de acordo com o nível de instrução que os cidadãos devem possuir, e a indústria cultural se beneficia com a distribuição do produto em larga escala, atingindo altos lucros.

Ao observar o conteúdo do livro didático, nota-se que seu objetivo é o de abarcar uma história geral, para que o aluno tenha uma visão superficial da História. Tem-se, aí, muita informação sobre os fatos históricos e pouco conteúdo conceitual.

Fonseca (2004) entende, ainda, que o público estudantil, a classe dos educadores e a sociedade devam posicionar-se diante dessa realidade.

Também Maria Aparecida Leopoldino Turso Toledo (2000), em seu artigo *A metodologia do Ensino de História em questão: para além dos livros didáticos*, apresenta o seguinte parecer:

O professor, ao questionar o conteúdo que ensina, rompe com a concepção de que a história é apenas uma disciplina escolar e estabelece a relação entre o conteúdo da história como ciência e o movimento da realidade social (TOLEDO, 2000:88)

A autora reflete sobre a metodologia do ensino de História e sobre o livro didático. Ela propõe uma revisão dos conteúdos trabalhados em sala de aula, a busca de novas fontes, e observa a importância de se elaborar estudos reflexivos e críticos junto ao educando:

Ao considerar estes elementos, ampliam-se as possibilidades do debate em torno da problemática, exigindo que se modifique o caminho da discussão, pois o foco da atenção desloca-se do método de ensino para a história ensinada. Nesse conjunto reflexivo constrói, ao mesmo tempo, a possibilidade de visualizar um caminho para superar os livros didáticos como recurso fundamental da prática de ensino do professor. (TOLEDO, 2000:86)

Também Schmidt e Garcia (2005) compartilham dessa reflexão. Eles procuram conceber o conceito de História, aliado à escolha do tema a ser refletido. “[...] história estuda a vida de todos os homens e mulheres, com a preocupação de recuperar o sentido de experiências individuais e coletivas” (SCHMIDT e GARCIA, 2005:02).

Assim, é preciso repensar os conteúdos e selecionar temas que envolvam os alunos e os ajudem a perceber seu papel na comunidade. Os alunos precisam investigar, analisar, identificar e interpretar documentos familiares, pois eles muito falam da história de cada um. As autoras ainda ressaltam que essa é uma das mais difíceis tarefas na relação ensino-aprendizagem da História, particularmente porque o conhecimento histórico é veiculado pelos manuais didáticos.

Reverendo, então, a posição do educando e do educador que se submetem ao uso de um livro didático como referência à aprendizagem, cabe compreender esse instrumento – sem nenhuma aproximação às experiências singulares dos grupos sociais –, mas como um aporte importante para uma reflexão crítica sobre o que há de ideológico nesse instrumento, ou no que ele pode, pela ausência de sentido, trazer como possibilidade de ampliar a visão sobre as práticas cotidianas da comunidade da Ilha da Pintada/RS.

Ao encontro destas reflexões a História local se apresenta como fonte diferenciada no ensino de História. Nela encontram-se os estudos de costumes, tradições, festas ou comemorações locais.

Ao trabalharmos a História local, devemos propor em sala de aula que os alunos busquem conhecer o assunto, cabendo ao Professor munir-se de todas as informações possíveis diante do tema. Os alunos deverão ser distribuídos em grupos, logo após destinados aos locais de pesquisa e, por último, o professor e os alunos assumirão um compromisso de apresentação do trabalho e uma síntese final.

Os alunos deverão ao longo do trabalho desenvolver a construção do conhecimento de acordo com os dados obtidos na pesquisa, sendo papel do educador mediar, auxiliar e

intervir, quando necessário, na elaboração do projeto de pesquisa, dando autonomia aos alunos. Segundo Manique e Proença:

[...] A intervenção do professor deve ser cuidadosa para evitar impor a sua própria interpretação ou visão. Embora tenha a obrigação de corrigir erros ou falsas conclusões, deve promover a autonomia dos alunos para que estes sejam os próprios construtores dos conhecimentos adquiridos e, por meio do seu trabalho, possam aperceber-se da especificidade do meio em que estão inseridos e da sociedade que os rodeia, compreendendo assim a sua condição de agentes históricos. O professor manter-se-á num papel de informador e catalisador durante a elaboração do trabalho, facilitando materiais, velando pela correcta definição e utilização de conceitos e evitando as divagações, de forma a que cada grupo se mantenha nos limites fixados, para que não existam sobreposições. (MANIQUE e PROENÇA. 1994:28).

Manique e Proença (1994) propõem, desta forma, que haja a pesquisa da história local em sala de aula, estimulando o aluno na produção dos saberes, e que o professor seja o mediador do conhecimento, portanto que coordene e desenvolva a pesquisa de ensino.

Desenvolvimento da prática educativa e a memória

A prática educativa desenvolvida na disciplina de História, junto aos alunos do Ensino fundamental da 7ª Série da Escola Estadual Almirante Barroso⁵, situada na Ilha da Pintada/RS, estabeleceu-se através do capítulo “As festas populares no Brasil colônia” do livro didático História e vida integrada do Nelson Piletti e Claudino Piletti, como também textos sobre festas populares do Brasil colônia e o contato dos alunos com a obra: *O Império do Divino – Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)* da historiadora Martha Abreu (1999), apresenta o espaço que o festejo do Divino ocupou no Brasil colonial e a participação dos populares e sua socialização naquele período. Ela destaca a Festa como um local privilegiado de criação de uma identidade que, no limite, abrange toda a nação. Nesse sentido facilita o entendimento das dimensões do festejo e suas peculiaridades em diferentes cantos do Brasil.

Após a leitura e estudo dos textos, propomos aos alunos a criação de um estudo de campo sobre a Festa do Divino na Ilha da Pintada/RS, levando em consideração a sua interrupção nos anos de 1970. Diante deste fato formulamos a seguintes questões:

⁵ Principal escola da Região por receber toda a clientela dos dois níveis de Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Como a Festa do Divino Espírito Santo se insere no Ensino de História da Ilha da Pintada? E, caso não se insira, quais as possibilidades de inserção no ensino escolar? Por que o festejo foi interrompido nos anos de 1970 na comunidade da Ilha da Pintada?

Estes questionamentos nos possibilitaram organizar a pesquisa e buscar o entendimento da História local a partir do festejo, assim o aluno torna-se um agente histórico capaz de construir sua própria visão crítica da realidade.

Cabe aqui observar que alunos, em um primeiro momento, tiveram um olhar de estranhamento em relação aos estudos sobre festas populares, pois não acreditavam ser possível trabalhar festas na disciplina de História. Aos poucos fomos lendo sobre a cultura e seus significados, para melhor compreensão do tema.

Nessa linha a obra de Denys Cuche (1998): *“A noção de cultura nas Ciências Sociais”*, descreve as identidades como um processo que inclui e exclui; identifica o grupo e distingue dos outros grupos; apresenta o termo cultura como algo dinâmico para as comunidades.

Assim como a obra de Clifford Geertz (1989), *“A interpretação das culturas”*, nos auxiliou a pensarmos nos símbolos e seus significados contidos nas festas populares. Observa-se, então, com base em Geertz, como os símbolos representam os sentimentos, paixões, devoções e sensações que os indivíduos cultivam no seu meio. O autor chama a atenção para que, quando se trabalha com os símbolos religiosos, deve-se, primeiramente, compreender a perspectiva religiosa neles contida: “é um modo de ver, no sentido mais amplo de ‘ver’, como significando ‘discernir’, ‘aprender’, ‘compreender’, ‘entender” (GEERTZ, 1989:25). Todos os ideais de vida, de comportamento, mostrados nas representações simbólicas, que muito falam sobre quem somos.

Os autores citados acima foram utilizados pelos alunos em sala de aula, para melhor compreensão do trabalho, e na segunda etapa da prática educativa, foi organizado um grupo de pesquisa sobre a Festa do Divino Espírito Santo, uma vez que esta faz parte da História local da comunidade da Ilha da Pintada/RS.

O grupo de pesquisa ficou encarregado de fazer entrevistas na comunidade para acessar a memória dos grupos familiares, em específico os avôs, sendo os guardiões da memória da família.

O testemunho oral nos permite esclarecer trajetórias individuais, acontecimentos ou processos, que, em muitas vezes, esquecidos pela “história oficial”, não tem outra forma de serem esclarecidos. Com Peter Burke (1992:13) entendemos que, em geral, os registros oficiais expressam o ponto de vista oficial. “Para reconstituir as atitudes de elementos marginalizados pela historiografia tradicional, tais registros necessitam ser suplementados por outro tipo de fonte”. Sendo assim, os depoimentos orais, usados

como fonte, tornam-se uma importante porta de acesso ao passado das comunidades, uma vez que os registros escritos são poucos ou inexistentes.

Para tanto, observa Maurice Halbwachs, devemos compreender a diferenciação entre memória coletiva e memória individual. Para o autor, a memória individual existe a partir da memória coletiva, uma vez que todas as lembranças são constituídas dentro de um grupo:

Ela não é inteiramente isolada e fechada [...] Ela se reporta a pontos de referência que existem fora dela e que são fixados pela sociedade [...] o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. (1990: 54)

Portanto, a História Oral nos oferta um novo pensar sobre o nosso passado, saindo das análises tradicionais e abrindo uma nova possibilidade de investigação dos fatos que ocorreram na História, trazendo um novo olhar do presente para o passado.

Os alunos foram orientados para terem certos cuidados ao entrevistarem o público alvo, os avôs, para que estes se sentissem a vontade ao falarem de seu conhecimento sobre a Festa do Divino.

Entre as dez entrevistas realizadas nesta primeira etapa do trabalho, nos chamou a atenção o depoimento da Dona Neli: “A festa era muito boa, a gente participava, era o momento de colocar a melhor roupa para esperar a bandeira do Divino passar. Pena que acabou, acho que foram os militares que apareciam na Ilha, não sei pra quê”. (entrevista realizada em 07/12/2010)

No trecho da entrevista, observamos a ação do Estado no controle das festas populares, pois estas poderiam incitar o povo a protestarem contra a ordem estabelecida.

As demais entrevistas nos apontaram para o término da festa nos anos de 1970, a população pesquisada até o momento apresentou diversas versões sobre os motivos do término do festejo. Entre eles, está a destruição da Igreja de Pedra, que fora construída no início do século XX. A festa não tinha como continuar, pois o principal local era a paróquia, de onde saía a procissão do Divino. A destruição da Igreja ocorreu pelo fato da necessidade de avançar com o progresso, conforme aponta Dona Ione: “[...] Me batizei na Igreja, agora ela não existe mais, dizem que foi o progresso. Foi construída uma ponte no lugar da minha igreja”. (entrevista realizada em 22/12/2010)

Essa etapa das entrevistas continuará até maio, temos a previsão de realizar mais dez entrevistas e partiremos para uma exposição na Escola Almirante Barroso, com as entrevistas e objetos do festejo. Assim, reconhecendo a importância da História da comunidade local.

Considerações Finais

O trabalho realizado sobre a Festa do Divino na Ilha da Pintada/RS, apresentou-se como uma possibilidade de trabalhar a história local no Ensino de História, assim como o uso das fontes orais, que auxiliaram a produzir outras evidências, a captar, a registrar e a preservar a memória coletiva da comunidade.

O contato com autores como Cucho(1998) e Geertz (1989) auxiliaram os alunos a dinamizar o conceito de cultura e a compreender o trabalho como parte da sua própria história, assim como Abreu (1999), que proporcionou uma melhor compreensão sobre o festejo no Brasil colônia.

Espera-se, assim, que os alunos sejam estimulados a entender a História como disciplina relevante que conduz ao conhecimento crítico da realidade, à construção de consciência histórica e à conscientização da cidadania.

Nesse sentido, pretende-se indicar este trabalho aos professores de História para que o utilizem na construção do conhecimento junto ao aluno.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1930-1900**. Rio de Janeiro: Novas Fronteiras; São Paulo: Fapesp, 1999.

BURKE, Peter. **A escrita da História**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de Ensino de História**. Campinas/SP: Papirus, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990.

MANIQUE, António Pedro; PROENÇA, Maria Cândida. **Didáctica da história: patrimônio e história local**. Lisboa / Portugal: Texto Editora, 1994.

NORONHA, Luísa. **A presença açoriana no Brasil e Uruguai**. In: *Açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil – II* organizado por Santa Inèze da Rocha. Porto Alegre: Caravela, 2007.

SCHMITH, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. **A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História**. Cadernos CEDES, vol. 25 – nº 67 / Campinas Sept./Drc. 2005.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Turso. **A metodologia do Ensino de História em questão: para além dos livros didáticos**. Disponível www.espacoacademico.com.br acesso:10 de junho de 2010.